

## Capitalismo flexível: representações sob uma pretensa “sofisticação”

### Flexible capitalism: representations under the “sophisticated” appearance

*Roney Gusmão Carmo*

Geógrafo, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB

Programa de Pós-Graduação em Memória da UESB

[guzmao@hotmail.com](mailto:guzmao@hotmail.com)

*Ana Elizabeth Santos Alves*

Economista, Mestrado e Doutora em Educação (UFBA)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória (Linguagem e Sociedade) da UESB

[ana\\_alves183@hotmail.com](mailto:ana_alves183@hotmail.com)

Artigo recebido para revisão em 14/10/2013 e aceito para publicação em 15/02/2014

#### Resumo

As transformações verificadas no sistema capitalista no final do século XX impactaram distintas organizações do mercado ao redor do mundo, impondo novas perspectivas econômicas, políticas e, sobretudo, sociais/comportamentais. O comércio se tornou apenas um dos espaços remontados pelo nexo da flexibilidade, motivando diferentes opiniões sobre o processo de mudanças. O presente texto se ocupa em compreender a forma como os sujeitos representam em seus discursos o “novo” capitalismo flexível, aqui entendido como um fenômeno histórico e global.

**Palavras-chave:** capitalismo flexível, representações comuns, comércio.

#### Abstract

The changes observed in the capitalist system in the late twentieth century impacted different market organizations around the world, imposing new economic, political and especially social / behavioral. The trade became one of the spaces reassembled at the nexus of flexibility, motivating different views on the process of change. This text aims to understand how the subjects in their speeches represent the "new" flexible capitalism, understood here as a historical and global phenomenon.

**Keywords:** flexible capitalism, common representations, trade.

### 1. INTRODUÇÃO: REPRESENTAÇÕES COMUNS NUM CONTEXTO HISTÓRICO

No início da década de 1970, Novais<sup>1</sup> chegava a Vitória da Conquista, terra pacata e isolada no sertão, diz ele, mas que indicava largos potenciais, segundo comentários dos que aqui residiam. Os moradores da cidade tinham presenciado com orgulho a oficialização da Avenida Presidente Dutra (BR 116) e depositavam expectativas consideráveis sobre o vigor econômico que seria verificado na cidade a partir de então. A intenção de Novais era, a princípio, passar pela cidade com vistas a montar negócios em Recife, mas se viu contagiado pela convicção de que esta se tratava de uma “futura” grande cidade.

<sup>1</sup> Os sujeitos de pesquisa aqui apresentados possuem nomes fictícios e são frutos de entrevistas que realizamos para desenvolvimento da tese de doutorado intitulada “Capitalismo flexível: entre o ‘velho’ e o ‘novo’, entre o ‘local’ e o ‘global’”.

Adentrando o município, Novais foi observando a pequenez do comércio, a presença de caracteres locais aos hábitos de consumo e o conforto de estar num espaço aberto e receptivo às transformações. É provável que a sensação de “milagre brasileiro” dos anos 1970 atingia o anseio dos conquistenses que, vendo a cidade trincada por uma rodovia de grande porte, se regozijaram na convicção de que o “progresso” finalmente chegou.

O deslumbre dos conquistenses, marcado por uma hospitalidade e generosidade local, fez Novais mudar de planos e, certo dos potenciais econômicos locais, optou por montar sua loja de confecções aqui na cidade. Havia uma expectativa generalizada acerca de uma suposta efervescência econômica que a cidade poderia vivenciar na década que acabara de começar, uma esperança tomava as pessoas, o que nos permite entender que essas representações comuns do cotidiano se associam ao contexto histórico onde os sujeitos estão inseridos. Nesses termos, a efervescência econômica, justificada pelo expansionismo do capitalismo global em meados do século XX, impelia um grande contingente de empresas multinacionais no território latino americano. Esse alargamento econômico, inevitavelmente, elevava os índices de crescimento econômico, gerando uma nítida sensação de “desenvolvimento” ao Brasil, pois, num olhar inicial, tudo indicava que “enfim o país estava dando certo”.

Apoiando esse projeto desenvolvimentista, o Estado disponibilizava sua maquinaria e investia cifras vultosas em infraestrutura com vistas a favorecer a fluência de investimentos estrangeiros. Esse movimento foi acompanhado por um trabalho ideológico meticuloso que encontrou terreno fértil nas escolas e massificado pelos aparelhos de mídia; todos empenhados em disseminar a ideia de prosperidade advinda do “nacional desenvolvimentismo”. Nesse sentido, eis a razão de todo deslumbramento conquistense com a chegada da Rio-Bahia na década de 60, cujo traçado enchia homens e mulheres de esperanças sobre usufruto dos benefícios advindos do “desenvolvimentismo”.

Novais, então, ao perceber o fascínio da população local com os possíveis benefícios desse suposto crescimento econômico brasileiro, entendeu que Vitória da Conquista continha as condições propícias para fazer vingar seu projeto de construir um negócio próprio.

Para nutrir essa sensação de prosperidade, associada ao cenário político e econômico nacional, Vitória da Conquista contou com a inauguração do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), todos surgidos em quase simultaneidade na década de 1960. Essas instituições tiveram papel fundamental para organização comercial do município, tanto por que gerava maior segurança e apoio aos comerciantes, como também por que introduziu campanhas publicitárias – ainda muito elementares e com características locais – com vistas a estimular o consumo em datas festivas. De todo modo, os anos 1960 e 1970 foram marcados por transformações locais, entendidas a partir das metamorfoses vivenciadas pelo capital num cenário global, gerando maior segurança nos novos empreendedores da cidade.

Na ocasião, o comércio conquistense tinha características completamente locais e puramente organizado por lojistas do município. Dentre eles, estava Novais, um novo empreendedor, robustecido pela segurança que as “novas” relações de consumo, apoiadas pelos recursos de fomento ao crédito, podiam lhe oferecer. O resultado não foi diferente: assim que chegava de São Paulo, munido de mercadorias, a venda era instantânea. Os fregueses adentravam a loja e se apropriavam das mercadorias antes mesmo de serem catalogadas, ocasionando, então, a necessidade de contratação de mais funcionários e alargamento do espaço físico da loja.

A concorrência era pequena e, mesmo que fosse maior, parecia haver mercado para todos. Muitos consumidores de zona rural e de cidades próximas se moviam para comprar no comércio conquistense e se satisfaziam com os produtos disponíveis nas lojas. As roupas, por exemplo, seguiam tendências estipuladas pelos próprios consumidores locais que, em grande parte, se contentavam em fazer uso da baixa variedade de peças oferecidas localmente.

A loja de confecções de Novais, portanto, não necessitava de uma equalização tão sofisticada às tendências de moda que moviam o consumo global, pois seus fregueses se contentavam com a oferta de mercadorias simples ali acessíveis. Semelhante situação foi vivenciada por Amorim que, no ramo de construção civil, também se sentia confortável com os fregueses locais até década de 1970. Os projetos de engenharia dos seus clientes eram simples, não pelo poder aquisitivo, mas pela perspectiva simplista de seus objetivos. O pouco acesso a tendências metamórficas de consumo e padrões altamente elaborados de exigências, tornavam os consumidores locais mais previsíveis e mais cientes do que queriam. A oferta era menos diversificada, assim, chegava-se à loja, escolhia-se o produto e pronto, sem muitas dúvidas, sem demasiadas comparações ou exigências em conformidade com o “tal filme” ou a “tal novela”.

Novais pontuou que as vestimentas não eram muito diversificadas, assim como artigos como chapéus, sapatos e veículos que pareciam seguir um padrão estandardizado, sob um consenso sobre o que se pretendia comprar. A estandardização se imprimia nos produtos adquiridos, mas também se manifestava no comportamento dos clientes que, naquelas circunstâncias, se tornavam fieis a determinados lojistas que, de modo geral, já conheciam as preferências de sua freguesia.

Inevitavelmente, esse tipo de relações também gerava maior pessoalidade e solidez nos vínculos sociais e comerciais. A confiança era um princípio nas relações comerciais e o zelo pela boa reputação ainda preocupava a maioria dos consumidores, ao ponto de honrarem compromissos firmados informalmente. A venda no crediário, por exemplo, era feita mediante anotação num caderno, sem qualquer responsabilidade formal entre as partes envolvidas, já que a segurança estava na palavra e no zelo pelo nome.

Naquele período, o comércio local se encontrava no auge, segundo narrativas de Novais, e se manteve em alta até meados dos anos 1980, período entendido como “década perdida” para mui-

tos economistas. Eis um grande paradoxo, pois, embora a inflação, associada aos precários índices de crescimento econômico brasileiro, motivasse essa concepção negativa acerca do referido período, o que se visualizava internamente ao comércio conquistense era algo distinto. A predominância de comerciantes locais, a fidelidade dos fregueses, bem como a invasão de consumidores advindos de cidades circunvizinhas, deixava uma sensação de conforto para os micro-empresendedores, que se queixavam sim da realidade inflacionária nacional, mas não podiam imaginar as profundas transformações que lhes aguardava nos anos subsequentes.

Entre os anos 1970 e 1980, Novais contava com vinte e oito funcionários em seu estabelecimento, todos com vínculo empregatício formal e sem perspectivas de demissões, dado à fluidez do comércio local na ocasião. Foi com a chegada dos anos 1990 que a situação se alterou. Apesar da promissora estabilidade econômica promovida pelo governo FHC, quando se suponha aumento considerável no poder de compra da classe média, a realidade local demonstrou substanciais mudanças.

## 2. O NEXO EXPANSIONISTA DO CAPITAL

O advento do plano Real, de fato, gerou expectativas aos comerciantes locais, entretanto, eles não estavam sozinhos. Grande quantidade de empreendimentos de capital externo também se atentava para o suposto aumento no poder de compra brasileiro a partir da estabilização econômica e, por esse motivo, iniciou-se um processo vertiginoso de alastramento da influência empresarial em locais mais remotos.

É interessante observar que, simultaneamente a esse processo, a dinâmica global posta na década de 1990, trouxe a Vitória da Conquista alguns componentes marcantes. Seguem alguns deles:

- i. *As tecnologias*: Alguns fatos, aparentemente pontuais, foram de suma importância para se compreender as alterações na realidade comercial da cidade. Os anos 1990 são marcados pelo alargamento e popularização de tecnologias, fazendo chegar aqui a internet, por exemplo, e inaugurando redes de TV locais. Evidentemente, essa efervescência tecnológica impactaria a organização do comércio local, tanto por que introduziu uma quantidade infindável de novos fetiches de consumo e artigos tecnológicos, como também por que trouxe novos sistemas de *marketing*, muito mais sofisticados. O que se percebe é que paulatinamente a década de 1990 vai trazendo para o cenário local determinados critérios de sobrevivência no mercado que, na ocasião, pegaram desprevenidos os comerciantes menores. A sensação ainda era confortável com o movimento gerado pelas novas tecnologias, afinal elas chegaram sob um discurso inclusivo, supostamente a serviço de uma melhor qualidade de vida, porém é nos anos seguintes que a face mais cruel desse sistema vai se manifestando claramente.

- ii. **A política neoliberal:** Como forma de apoio ao fervor tecnológico e financeiro indicado no final do século XX, acentuou-se o ideário neoliberal com um rápido processo de privatizações. As telecomunicações são um exemplo claro dessas mudanças, pois, se comparássemos a realidade cotidiana dos conquistenses em 1990 com aquela vivida em 1999, notaríamos transformações significativas por meio da popularização de recursos tecnológicos e dos serviços informacionais. O componente ideológico do neoliberalismo também penetrou distintas esferas da sociedade, dentre elas, as relações de trabalho existentes no comércio conquistense que, nos anos 1990, observaram o enfraquecimento sindical e a relativização de direitos trabalhistas, consentida pelo próprio Estado. Nesse momento, proliferavam contratos temporários, cuja fragilidade de vínculo tornava a lucratividade mais certa se comparada com a efetivação da carteira de trabalho. Essa lógica se disseminou na cidade, impondo, inclusive, novos critérios de “empregabilidade” muito equalizados à inoperância estatal. Nessa teia de mudanças, surgem agências de integração entre empresas e escolas, além da introdução de todo um linguajar empreendedor que passaram a fazer parte da cotidianidade no trabalho sob o lema de gerar um novo engajamento às “sofisticadas” estratégias de subordinação.
- iii. **Novos modelos de gestão:** A partir da década de 1990 começou a chegar ao Brasil novos modelos de gestão já em voga nos países desenvolvidos. O sistema da Toyota implementado no Japão é emblemático para retratar esse novo paradigma, calcado na chamada “empresa enxuta”, cuja diversidade de mercadorias era produzida em rigor com as demandas do consumo. O combate ao desperdício revela que esta medida buscava adequar o sistema a momentos de imprevisibilidade financeira como a verificada período de sua execução. Distintamente do que se verificava em décadas anteriores, agora a produção contava com uma diversificação gigantesca de mercadorias, atingindo o perfil do consumidor pela massificação da que arrastava para o cotidiano das pessoas um *marketing* voltado à ideia do consumismo. Associados à política neoliberal, os novos modelos de gestão também contaram com a fragilização de leis trabalhistas, impondo novas formas de exploração no trabalho, por meio de uma subsunção crônica às metas impostas à produtividade. Essa realidade, embora mais nítida no chão da fábrica, apresentou reflexões também nas relações comerciais, principalmente porque instituiu novos paradigmas na relação empregador/empregado e lojista/consumidor, capazes de alterar significativamente a dinâmica do comércio local. Além disso, a nova gestão flexível continha um claro artifício ideológico, que eficazmente adentrava a subjetividade dos sujeitos, com uso de requintes até mesmo da psicologia, da comunicação ou do direito para normatizar condutas e instituir paradigmas pela consensualidade. A ideia era capturar a subjetividade dos trabalhadores para que as novas formas de exploração operassem pela voluntariedade e desmobilizassem qualquer movimento coletivo de resistência. Ao transitarmos nas modernas lojas de *shopping-centers* na atualidade, por vezes deparamos com um sistema de alto falante que congratula o “colaborador” fulano de tal por ter atingido a meta do dia. O emprego de vocábulos como “ajudador”, “parceiro” ou “membro da família” acionam mecanismos subjetivos para atingir as representações dos trabalhadores sobre sua condição de explorado no atual contexto. Muito distinto do que se observava em início do século XX, os paradigmas do capitalismo flexível pós-anos 1990 buscou adentrar o “espírito” dos sujeitos, arrebatando-lhes a identidade, a fantasia, os sonhos, as representações, para subordinação ao ideal capitalista num viés consensual.
- iv. **O expansionismo do capital:** Embora o processo de alastramento das transnacionais tenha sido nítido já em meados do século XX, Vitória da Conquista apenas vivenciou tal fato de perto a

partir do final dos anos 1990. O início dos anos 2000, então, foi caracterizado notoriamente por um “estrangeirismo” do espaço local, com a remontagem do cenário comercial segundo tendências de predominância do capital estrangeiro. Foram hipermercados, redes de *fast-foods*, lojas de departamento franquizadas, *shopping-centers* com largas praças de alimentação e *drive thru*, além de vastos sistemas de *marketing* que remodelaram o padrão de consumo. Os conceitos nas relações comerciais foram substancialmente modificados, impondo novas formas de sobrevivência na arena concorrencial imposta pelo “novo” capitalismo na virada de séculos.

Evidentemente, todas essas quatro características relatadas acima parecem soar, num olhar superficial, como causa e efeito natural da “modernidade”. Parecem ser parte fatalista de um sistema “evolutivo” de desenvolvimento das sociedades, onde prevalecem os visionários, moldados pelas tendências globais do mercado. De fato, um olhar aligeirado indica essa suposição: extinção do “velho” para ceder espaço ao “arrojado”, num processo “darwinista” de “seleção” e “melhoria” social. Todavia, essa ótica reducionista negligencia todas as dissonâncias presentes sob a superfície cosmopolita desses novos paradigmas de acumulação.

Na segunda metade da década de 1990, Novais, cuja experiência no comércio local já ultrapassava vinte anos, passou a estranhar as mudanças que atingiam o cotidiano da cidade. Primeiro porque os representantes comerciais de grandes lojas iniciaram um processo de expansão no interior, chegando aos mais remotos lugares e retirando consumidores dos pequenos lojistas. Nesse momento, aqueles consumidores de zona rural e de cidades circunvizinhas não mais necessitavam frequentar a loja de Novais para comprar, já que nas suas respectivas cidades já havia suprimento de mercadorias pelos representantes.

Ora, com redução significativa de consumidores, inevitavelmente, houve corte substancial de funcionários. Se nas décadas de 1970 e 1980, Novais tinha média de 28 funcionários, no final dos anos 1990 ele necessitava apenas de 4 empregados. A concorrência se tornou exponencialmente maior, instituindo novos critérios de permanência no cenário comercial, pois agora, as lojas franquizadas tinham um poder de venda muito mais atraente. Novais poderia vender em três parcelas pela nota promissória, mas a Riachuelo vendia em dez parcelas com cartão próprio da loja. Fora isso, lojas como C&A, Lojas Americanas ou Marisa tinham um poder de marketing avassalador e imbatível e, com sua chegada, nos anos 2000, repercutiu gravemente na cotidianidade dos comerciantes pequenos.

A loja de Novais foi se esvaziando aos poucos, ficando cercada de empreendimentos de grande porte, com fachada exuberante e iluminação extravagante. Aliado ao *marketing* impecável, essas grandes redes de lojas também possuem equalização com tendências de moda estrangeira, utilizando da mídia nacional como ferramenta de construção do fetiche consumista. Assim, adentrar

a Riachuelo implicaria em penetrar um espaço, cujas mercadorias ofertadas possuem preço acessível e são exibidas por celebridades de peso ao grande público.

Foi no início dos anos 2000 que, para Novais, a situação se tornou insuportável. Agora, seu comércio era qualificado como popular, ou seja, havia surgido esse subgrupo para distingui-lo dos “novos” mercados de capital externo, com equalização às demandas de consumo estrangeiro. Essa realidade polarizou os consumidores para as lojas franquizadas e redundaram na falência de muitos negociantes locais. No ano de 2004 foi a vez de Novais, que fechou as portas do seu estabelecimento e desistiu de se manter numa arena de concorrência tão acirrada, sob condições tão desiguais.

Logicamente, ao solicitarmos a opinião das pessoas sobre esses fenômenos, fica constatado que distintas trajetórias de vida, postas em diferentes condições de inserção social, montam interpretações mistas e paradoxais. Como entende Kosik (2010), esses discursos são o senso comum, carregado de fetichização e ingenuidade, mas que no cerne de seu nexos apresentam componentes ideológicos explicados pela realidade concreta de existência das pessoas. Novais, quando relata sua experiência, remonta as décadas de 1970 e 1980 com grande saudosismo, pois suas possibilidades de existência pelo comércio eram sólidas. De forma semelhante, os relatos acerca da sua desistência no início do ano 2000 e sua opinião sobre a realidade atual do comércio se comunicam com uma realidade global, cuja associação dialética permite compreender as mudanças de pensamento em sincronia com mudanças estruturais do sistema.

A tônica da vez era a flexibilização, calcada num expansionismo do capital internacional, com um nítido processo de polarização do consumo e crescimento macrocéfalo da economia. É um momento de modernização conservadora, com uma centralização de capital e exclusão da grande maioria da população que, embora cada vez mais privada de usufruir desse suposto crescimento econômico, tem sido arrebatada pelo deslumbre do consumo e por um embrutecimento individualizante (BARBOSA, 2011).

As profundas transformações espaciais vivenciadas por Vitória da Conquista nesse início de século eram, de fato, hipnotizantes, afinal enxergar logomarcas estrangeiras sendo erigidas no centro da cidade, adentrar gigantescos hipermercados, contemplar mudanças no comércio segundo conceitos de mídia internacional, observar a aparência da cidade entremarcada por iluminações extravagantes de grandes lojas de departamento, geravam uma sensação de cosmopolitanismo. Aquela cidade mediana, composta por simples comerciantes locais, agora tinha um metropolitanismo esvaizado de identidade e carregado de relações ambíguas sob uma aparência prosperidade. O regime de acumulação flexível serviu para agudizar a desigualdade e acentuar a exploração, agora de modo dissimulado, protagonizado pelo gigantismo do sistema que encontrou nas pequenas e médias cidades oportunidade de manobra ideológica pela falsa sensação de projeção social e econômica.

É importante ressaltar que, embora os índices de crescimento econômico municipais sejam uma realidade, tal constatação tem um significado numérico e, portanto, carregado de fetichização. O caráter fetichista dos números serve para justificar a invasão de um sistema administrativo flexível sob a égide neoliberal, cuja atuação acentua a desigualdade e mascara a exclusão. É consensual o slogan de que “Vitória da Conquista cresceu”, todavia esse crescimento se situa numa lâmina superficial de aparência fetichizada, que omite os efeitos mais nefastos dos novos paradigmas de crescimento econômico.

Para robustecer a análise que propomos, é interessante acrescentar que a Revista Veja, editada em 01 de Setembro de 2010, publicou reportagem especial intitulada “O Brasil em dez vocações” com ênfase ao seguinte slogan: “Cidade média – aonde o futuro já chegou”. A matéria de Júlia Medeiros abordava as cidades de porte mediano no Brasil que mais têm apresentado índices satisfatórios de crescimento econômico, tornando-se, então, promissoras para investimentos externos. Em listagem enfatizada na matéria, a cidade de Vitória da Conquista se situa em sétima posição em crescimento anual do PIB, o que totaliza 8,6% ao ano. Intitulando essa lista, que destaca Vitória da Conquista em negrito, a matéria indica: “O Comércio é a principal fonte de renda de 25% das cidades médias brasileiras, que se tornaram polos regionais com grandes redes varejistas e atacadistas” (p.126).

No início da reportagem é posta em ênfase uma fotografia atrativa da cidade com um empreendedor local bem sucedido que trás o seguinte relato: “Nossa cidade é ainda mais lucrativa porque as pessoas que vêm aqui em busca de médico e hospital também aproveitam para fazer compras” (p.126). Mário Sérgio Caracas, lojista de 34 anos, se refere à rotatividade de consumidores advindos dos pequenos municípios da circunvizinhança, que contribuem consideravelmente para rotatividade do comércio local. A realidade expansionista do capital nesses potenciais polos de consumo não é um fato apenas da cidade que estudamos, mas é uma tendência global e alastramento das redes comerciais pelo rastreo predatório do consumo.

Os números podem encantar numa primeira vista superficial, podem até servir de alavanca partidária, todavia a fetichização dos índices precisa ser superada para uma análise mais precisa. Para tal, basta confrontar os dados anteriores com esses que oportunamente trazemos: Em matéria publicada pela Revista Exame em 02 de Setembro de 2013, foram elencadas as cidades brasileiras com melhores e piores indicadores de qualidade de vida. Segundo o conteúdo da reportagem redigida por Patrick Cruz (2013), Vitória da Conquista tem se situado em posições caóticas dentro de vários critérios. Entre as cem maiores cidades pesquisadas, Vitória da Conquista se destaca nas piores colocações dentro dos critérios investigados: Saúde (98°), Segurança (97°) e Educação (98°). Por outro lado, essa precariedade tem sido omitida pelos índices de crescimento econômico da cidade, tão arduamente divulgados pela administração local.

Os valores são absolutos e, por efeito, não retratam fidedignamente a realidade vivenciada pela totalidade da população. Por esse motivo, concordamos com DRUCK (2011, p. 40), quando afirma que “toda produção de estatísticas, de informações e dados, assim como o seu uso por estudiosos, é fruto de escolhas. E essas escolhas revelam uma postura científica e ideológica que influencia decisivamente as modalidades qualitativas e quantitativas de pesquisas”. Desse modo, a divulgação do crescimento econômico conquistense contribui para fetichização das representações sociais de homens e mulheres, progressivamente cooptados à ideia de “estamos no caminho certo”, desconsiderando as assimetrias desse crescimento e as ambiguidades por eles agudizadas.

### **3. REFLEXOS NA COTIDIANIDADE: ENTRE O “VELHO” E O “NOVO”**

Além de mudanças no aspecto espacial da cidade, a acumulação flexível também alterou grandemente a realidade cotidiana do trabalho das pessoas que compõem este sistema. Parte fundamental do que pesquisamos são as representações comuns (externalizadas nos discursos) dos trabalhadores. O cerne da presente análise se situa no senso comum desses sujeitos, suscitado a partir de suas condições concretas de existência que, por sua vez, se associam a uma totalidade dialética que lhes infere sentido. Nenhuma representação é desprovida de um posicionamento ideológico e nenhuma ideologia se descola da realidade material que a constrói, logo, entender a cotidianidade dessas pessoas recruta compreender a dinâmica global que opera numa concentricidade historicamente instituída.

De fato, entendemos que o final do século XX é marcado por mudanças significativas na dinâmica socioeconômica mundial e, por efeito, local, contudo entendemos também que “novo” e “velho” coexistem e traçam entre si uma relação dialética de transformação e, simultaneamente, de conservação. De modo paralelo, as mudanças nos cenários do comércio local despertam euforia e receio, entusiasmo e frustração, fascínio e decepção, tanto porque tais modificações são atraentes aos olhos e às sensações dela advindas, como também porque o lado mais perverso da flexibilização se mostra nas entrelinhas e num espaço subterrâneo das relações sociais. A sofisticação dos grandes empreendimentos, bem como a magnitude das novas infra-estruturas montadas pelo capital moderno não expõem a crueldade, mas a higienizam para o substrato mais perverso de sua atuação. Desse modo, a acumulação flexível inspira as mais diferentes representações e deixa um rastro de ambivalências.

Novais, em seu discurso, revela a sensação de frustração com a chegada dos “estrangeirismos” que solaparam as identidades locais e remontaram a cidade hostilizando aqueles que contribuíram para sua construção no passado. Os “mais velhos” relatam as mudanças com pesar, tendo implícita uma sensação de impotência mediante as novas formas de gestão que desconhecem qualquer

sensação de durabilidade e solidez de vínculos. A “era do descarte” também molda as relações humanas e trabalhistas, marcadas por sensações fugidias e pela efemeridade de vínculos. A solidez, nesse paradigma, é obsoleta, bem como a dificuldade de relacionar-se com mudanças inconsequentes (SENNET, 1999), pois o risco é a máximo desse “novo” capitalismo que tornou qualquer perfil trabalhador e empregador formado sob a ótica fordista<sup>2</sup> um “sedentário ultrapassado”.

Talvez a postura transcrita por Novais, diante de todas as transformações verificadas nos anos 2000, se associa ao que mencionamos. Sua forma de gestão, certamente, foi engolida pelos “novos” moldes administrativos e tornaram a sobrevivência nesse campo insuportável, assim, as alternativas eram: transformar ou falir. Segundo Sennet (1999), tem havido uma preferência entre as empresas por contratar mão de obra mais jovem porque estes são mais predispostos a mudanças, ao passo que os “mais velhos” são resistentes por entenderem que sua experiência do passado é útil para sua atuação no presente. É provável que os lojistas mais antigos insistissem nessa teoria, mantendo hábitos administrativos obsoletos e que redundaram na extinção de muitos negócios locais. O que observamos foram três caminhos: ou os filhos e netos herdaram a propriedade dos negócios e deram seguimento com novos modelos de gestão; ou o comerciante manteve seu estilo, implicando numa drástica redução da demanda e exclusão do círculo central de consumo ou, como é o caso de Novais, desistiram pela mudança de ramo ou abriram mão do que hoje se define por empreendedorismo.

É nesse viés de análise que constatamos a existência de um “novo” capitalismo, cujos padrões de acumulação seguem um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que lhe atribuem diferentes desafios. O capitalismo, então, reinventa estratégias de perpetuação, movendo distintas esferas da sociedade para favorecer sua subsistência. Evidentemente, as estruturas do sistema se modificam sobre conjunturas históricas, que devem ser consideradas. Tão logo, o emprego do adjetivo “novo” pode parecer negligenciar o fato de que “velhas” e “novas” formas de exploração coexistam e, conseqüentemente, parece ignorar o fato de que o atual estágio do capitalismo apenas reinvente o trato aviltante dado à classe operária. É necessário salientar que a flexibilização não representa o estágio “superior” do capitalismo ou etapa “evolutiva” de um processo de perpetuação, trata-se apenas de estratégias para subsistência do sistema num contexto de crises e oscilações do mercado. Assim, concordamos com Druck (2011, p.41), quando afirma que “o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX, e muito menos o do século XXI”. Desse modo, o “velho” e o “novo” coexistem, pois os padrões seguem uma regularidade, mas com remontagens em função do marco histórico onde sucedem. Do ponto de vista das relações de trabalho, a autora acrescenta:

---

<sup>2</sup> Trata-se do modelo de gestão cunhado por Henri Ford no início do século XX, marcado pela grande concentração espacial da produção, voltado para o largo consumo de massa. Os padrões fordistas se mostraram impróprios para crises capitalistas que o sucederam, culminando na sua extinção.

[...] as diferentes conjunturas históricas ricas e as transições de uma era a outra evidenciam processos de transformação em que velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, são combinadas e, ao mesmo tempo, se redefinem, indicando um típico movimento de metamorfose que, no atual momento, se dá sob a égide de uma dinâmica que passa a predominar sobre outras: é a dinâmica da precarização do trabalho (DRUCK, 2011, p. 42).

Essas transformações incidem numa dimensão global, porém, como explanado no fragmento acima, atingem em cheio as relações de trabalho e redundam num engajamento dos sujeitos nesses novos paradigmas. Antônio é empregado de uma rede de lojas, cujo processo expansionista acompanhou todo percurso da reestruturação produtiva até se configurar numa grande rede varejista. O funcionário, hoje aos 31 anos, acompanhou parte do processo de transformações a partir dos anos 1990 e qualifica como “evolução” e “modernização” oportuna. Evidentemente, não queremos retirar a razão de Antônio em pensar dessa forma, até mesmo porque o conteúdo dessa representação é nossa substância de análise, uma vez que, para além do caráter fetichista dessas palavras (KOSIK, 2010), os valores atribuídos aos fatos apontados têm uma razão de ser, encontrada na configuração sociocultural que contorna a trajetória de vida dos sujeitos. Antônio é parte de um todo social e, em sua prática cotidiana, é permeável a valorações construídas no seu âmbito de vivência, herdadas pelo senso de identidade com o grupo (POLLAK, 1992).

A própria representação dos trabalhadores acerca de sua condição advém da prática mais corriqueira, no discurso mais ordinário de sua atividade trivial, capaz de suscitar valores e conceitos formadores do que se define por consciência de classe (THOMPSON, 1997). É nesse campo de cotidianidade que se manifestam os reais valores desses novos modelos econômicos para as pessoas, bem como a forma pela qual as transformações sociais, espaciais e econômicas são percebidas por homens e mulheres comuns. Interessa-nos, então, compreender o olhar teórico acerca das transformações desse “novo” capitalismo flexível, mas, também, ancora-lo no espaço de cotidianidade e na forma como sua aparência fetichizada é interpretada por pessoas que compõem a base cotidiana desse processo.

Para nutrir essa análise, entendemos que as representações comuns de homens e mulheres não possuem um caráter exclusivamente individual, ou seja, não são construídas de modo unitário e exclusivo, mas se mesclam a representações herdadas pelo viés social. A partir desse fato, acreditamos que a memória social é quem faz essa conexão entre as representações do hoje e aquelas construídas em outros momentos. Se adentrarmos o campo da cotidianidade desses sujeitos, de onde emergem a consciência de classe e as representações comuns, também é na ordinariedade do dia a dia onde o senso comum adquire mobilidade e trafega intergeracionalmente. Encontramos em Halbwachs (2006) bases para entender que a memória aparece como representação feita no presente e a partir do presente, composta por associações com o passado e elaborada eminentemente pelas relações sociais que lhe dão razão de existir. Evidentemente, esse é um movimento involuntário, pois os

sujeitos jamais dispõem em seu discurso a colocação “minha memória é...”, ela, na verdade, surge nas entrelinhas de suas palavras e ligam o homem do presente ao seu grupo social inscrito numa trajetória de existência.

Nos anos 1990, Antônio iniciava sua vida profissional. Tudo começou através dos estágios promovidos por agências especializadas que, oportunamente surgiram numa época de disseminação de empregos temporários para redução dos custos de produção. Antônio estava no meio desse contexto de transformações que reorganizavam o mundo do trabalho e que o permitia dar início à sua carreira profissional. Entendendo que a subcontratação como “jovem aprendiz” foi a origem de sua trajetória como comerciário, Antônio compreende hoje que a proliferação de contratos temporários são necessárias para ocupação dos jovens, de modo a retirar-los de uma ociosidade negativa. Implicitamente a sujeição às novas formas de exploração capitalistas adquiriu um teor moralizante, numa espécie de etapa necessária à formação cidadã dos sujeitos e esse ideário foi acatado por grande parte dos trabalhadores que se submeteram a essas novas formas de precarização do trabalho. Mais uma vez, a atuação neoliberal mostra sua vertente ideológica empenhada em autenticar pelo consenso a ação exploratória no novo contexto capitalista. Por meio dessa ótica, a exploração se tornaria legítima, pois serviria para formar os jovens, adequando-os e conformando-os à condição de subserviência que lhes sentença o futuro.

Antônio, por conseguinte, é fruto do trabalho ideológico dessa empreitada do capitalismo flexível, cuja estratégia opera por uma subordinação consentida e tal consentimento contagiava, principalmente, a rigorosa formação dos trabalhadores praticada através de uma retórica persuasiva que adentrou as novas formas de gestão. A década de 1990 se revelou como período marcante para o alastramento da política neoliberal em apoio à flexibilização na economia em Vitória da Conquista, quando treinamentos, inspirados nos moldes toyotistas<sup>3</sup>, se tornaram parte corriqueira dos programas de reciclagem. O trabalho ideológico foi tão preciso que, a partir daí, os profissionais incorporaram o ideário moralizante da “família Toyota” em seu discurso até hoje repetido.

Quando narra sua experiência profissional, Antônio se orgulha de ter sido um exímio funcionário, rigorosamente equalizado ao que a empresa lhe sugeria ser: pontual, produtivo, disponível, comunicativo e, sobretudo, tendo “vestido a camisa da empresa”. Mas, afinal, o que significa “vestir a camisa da empresa”? Ora, no discurso de Antônio, “vestir a camisa” é também um ato físico, mas é, essencialmente, uma postura de engajamento no ideário institucional ao ponto de tratar os desafios da empresa como pessoalmente seus. Para Antônio, esse é o ideal de funcionários no tempo atual: voluntariamente subjugados à atuação predatória do capital e, acima de tudo, moldados à ideologia da empresa que, mesmo não lhe permitindo usufruir dos índices de ascensão, gratifica-o com a

<sup>3</sup> A expressão “toyotismo” é uma alusão ao modelo de gestão preconizado por Taichi Ohno e posto em prática na fábrica da Toyota, mas que pode ser visto como reflexo de uma etapa do capitalismo, disseminando treinamentos sobre novas formas de gestão equalizadas ao contexto histórico de baixo crescimento.

reputação de “bom empregado”. “Vestir a camisa da empresa” é uma questão de honra para o trabalhador do século XXI, capaz de cooptar a atenção dos funcionários para as necessidades empresariais da instituição e pondo em, segundo plano, as necessidades coletivas do grupo de trabalhadores que, inclusive, Antônio pertence.

#### 4. TRABALHADORES DO SÉCULO XXI: QUEM SOMOS?

É oportuno mencionar que não concebemos consciência como um conceito abstrato imputado por intelectuais ao grupo de trabalhadores, não é, pois uma subjetividade que paira na totalidade do grupo de trabalhadores, mas é constituinte das representações e dos discursos efetivados no campo corriqueiro de trabalho. Por essa razão, o trabalho ideológico das novas formas de gestão se empenhou em capturar a subjetividade dos sujeitos de tal modo que os trabalhadores, em seus discursos, incorporaram a linguagem empresarial e a ótica mesquinha do empreendedorismo, mesmo que tais paradigmas lhes sirvam de opressão. Agora já não basta o domínio da força física do trabalhador por meio da punição material, hoje se torna necessária a construção de estratégias de subsunção também no campo simbólico, transpondo o cerne da coerção para o discurso ideologizado, motivado por uma adesão voluntária às novas formas de exploração. Desta feita,

[...] não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que, dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos da comunidade (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

Para Antônio, a cidade “evoluiu”, melhorou “e muito”, diz ele, afinal a oferta de trabalho e as possibilidades de ascensão salarial são maiores hoje, ainda que tal possibilidade lhe seja apresentada de forma tão remota. No discurso de Antônio, qualquer efeito negativo da nova configuração comercial da cidade é entendida como inevitável, uma fatalidade inerente ao crescimento econômico. Em momento algum do seu discurso critica o sistema, mas apenas aponta seus efeitos mais perversos como parte natural do percurso econômico, logo, a sensação de prosperidade impressa no espaço se sobrepõe à crueldade das relações de exploração, legitimadas pela voluntariedade.

No terreno da cotidianidade, em sua relação com seus companheiros de trabalho, a fala de Antônio possui um teor individualizante. Ele lamenta a ausência de companheirismo e coletivismo, pois, segundo menciona, o próprio formato do trabalho os obriga a se tratarem como rivais numa busca faminta por atingir metas de venda. Não há coletividade, existe apenas o hábito compartilhar dificuldades, frustrações e desejos semelhantes, porém, em nenhum momento existe sequer a possibilidade de cogitarem mobilizações coletivas. Dessa forma, a consciência de classe existe através da percepção de características que ligam os trabalhadores e movem uma sensação de identidade com

o grupo, porém não existe como perspectiva de mobilização e crítica articulada ao sistema. Consciência de classe não é entendida aqui como conceito pragmático, cuja conotação insinue necessariamente à resistência, aqui entendemos consciência como senso de pertença, como representação e introjeção do discurso que corriqueiramente paira nas relações sociais desses trabalhadores. Por essa constatação, fica entendido o porquê de os novos paradigmas da acumulação flexível terem moldado tão minunciosamente a subjetividade dos trabalhadores, pois, havendo atingido o mais íntimo de seu intelecto e emoções, tem-se a possibilidade de equalizar seus discursos, tão naturalmente compartilhados, ao nexos do capital.

Paralelamente, Antônio faz associações de sua realidade hoje com aquela vivenciada em momentos anteriores, ou seja, ele percebe que o atual contexto de sofisticação, trincado por vínculos de trabalho frágeis e por exigências perversas, substituiu a solidez do passado. Quando dialoga com seus pais e avós acerca do trabalho, Antônio se demonstra impaciente com a pouca intimidade de seus antepassados diante das novas tendências. Seus pais, que também trabalharam no comércio, sempre mencionam benefícios trabalhistas e a comodidade da carteira assinada, que, para Antônio, soam estranhos numa era de instabilidades e fugacidades. Seus pais, hoje aposentados, adentraram o trabalho numa época de efervescência dos movimentos sociais e alcance de conquistas trabalhistas, período aquele em que a classe trabalhadora tinha uma ótica coletivista e se organizava na luta por melhores condições de existência. Hoje, com a desarticulação dos sindicatos e anuência estatal com a supressão de direitos, a classe trabalhadora se vê acuada e com poder de resistência sufocado por posturas individualistas (CASTEL, 1998). Quando imagina os períodos que antederam sua inserção no trabalho, Antônio estranha a solidez nos vínculos empregatícios. Incomoda-o qualquer sensação de estabilidade, sem o “estresse” de um cotidiano marcado pela ação concorrencial, mas Antônio sabe que o usufruto de direitos civis eram mais certos e a qualidade de vida, por ele tratada, parece ter se deteriorado: “meus pais moravam perto do trabalho, tinham uma relação de amizade com os colegas, podiam almoçar em casa e cochilar antes de voltar ao trabalho”.

O lamento de Antônio é reconhecer que a mobilidade do espaço urbano de outrora contribuía para qualidade de vida dos seus pais e avós. Quando aflito no seu cotidiano estressado, sem tempo para acompanhar o crescimento de sua filha nem para desfrutar da sua TV de LED 42 polegadas que acabou de adquirir, por um momento, Antônio percebe que, no atual estágio de “sofisticação” urbana, nem todos estão em iguais condições usufruí-la. De todo modo, esse pesar colide com a parafernália fetichizada que compõe seu cotidiano: “mas meus pais não podiam comprar uma TV moderna como a minha, não tinham acesso a treinamentos como os que eu faço e também não conheciam tecnologias como este *iphone* aqui...”. O poder de fascínio exercido pelos novos paradigmas capitalistas tem uma capacidade avassaladora de encobrir seu substrato mais perverso, impon-

do sutilmente um estado de êxtase com o consumismo, cooptando a subjetividade de homens e mulheres a uma servidão voluntária.

Como afirma Halbwachs (2006), a memória é uma construção, sobretudo, social feita no presente e, como tal, se torna sujeita a alterações em função de representações que entrelaçam o sujeito ao seu grupo. No discurso de Antônio, sua memória acerca do trabalho insurge muito ofuscada pelo atual etapa do sistema capitalista, afinal toda representação, exposta no discurso dos seus pais, é analisada por ele com desdém: “Estamos num novo tempo, quem não muda, fica pra trás. O tempo dos meus ‘velhos’ já foi”. Desse modo, Antônio, ao relatar a memória dos seus pais, impõe seus valores construídos em seu tempo (muito sintonizados aos treinamentos propostos pelas atuais tendências de gestão) para desqualificar o comportamento de “antigamente” quando o *iphone* não existia ou ainda se valorizava a coesão nos vínculos sociais, empregatícios. Enquanto na ótica dos seus pais a ideia de “longo prazo” era tida como prova de competência, para Antônio a adaptação à efemeridade é critério precípua para qualificar o “homem moderno”. A ideia chega a se tornar consensual, como muito bem explana Druck (2011, p. 43): “Esse ‘novo espírito’ insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor”. Ideologia que avigora o individualismo e a sensação de que o esforço próprio é a causa da superação de desafios pessoais, sem qualquer esforço numa dimensão coletivista.

Outra característica presente nas palavras de Antônio é uma nostalgia acerca de um tempo que não chegou, mais precisamente situado no final dos anos 1990, quando falar dos “anos 2000” significava invocar certezas de transformações profundas na vida social. Antônio lembra que quando as mudanças espaciais começaram a mover a realidade do comércio em Vitória da Conquista, surgiram convicções de que “novos ventos trariam mudanças”. Era algo muito semelhante ao que Novais observou na cidade no início da década de 1970, quando semelhantes movimentos remontavam o cenário local, despertando expectativas. Antônio salienta que a chegada das grandes empresas, o surgimento de um grande *shopping-center* e a disseminação de contratos de trabalho pareciam repercutir positivamente em mudanças para todos, ao ponto de gerar convicções de que o trabalho como comerciário era promissor e sua experiência poderia implicar em projeções salariais.

Logicamente, não podemos rotular essas ideias como ingênuas, afinal os moldes do sistema estavam articulados para gerar essa sensação, falseando qualquer aparente exclusão advinda da exploração do trabalho. A arquitetura do capitalismo remontou a esperança dos trabalhadores, dando-lhes expectativas de que a prosperidade erigida na superfície do sistema redundaria na melhoria de vida para todos aqueles que se submetessem à “nova ordem” instituída. Antônio, portanto, confirma que

[...] opiniões sobre o trabalho estão dominadas pela nostalgia de uma época que ainda não existe, na qual, para o trabalhador, a satisfação do ofício, originada do domínio consciente e proposital do processo do trabalho, será combinada com os prodígios da ciência e poder criativo da engenharia, época em que todos estarão em condições de beneficiar-se de algum modo desta combinação (BRAVERMAN, 1987, p. 18).

Embora a esperança de Antônio não tenha sido de todo dissolvida, traços de indignação e frustração compõem as experiências compartilhadas entre os trabalhadores nas poucas horas vagas que têm. Aliada a essa sensação de desconforto, surgem comparações do tipo: “na época dos meus pais, havia duas horas de intervalo para almoço”, entretanto qualquer sensação de revolta sobre a realidade dos trabalhadores é diluída pelas metas prioritárias de vendas que os individualizam. O formato de gestão vigente no contexto da acumulação flexível induz os sujeitos a uma postura obtusa e individualista, de modo que qualquer inicial ótica coletivista rapidamente é esmagada pelo individualismo em voga, tanto nas relações de trabalho, como nas perspectivas desses sujeitos.

Para constatar o que se afirma, os trabalhadores sempre empregavam primeira pessoa em seus relatos: “eu quero”, “eu pretendo”, “eu sou”... Em suas palavras, ficava nítido o desejo de alcançar melhores condições, todavia esse se tornou um desejo pessoal, já que, em momento algum se menciona o “nós”. Para esses trabalhadores a mudança é um fato individual, sugados por uma luta interna às condições próprias de “empregabilidade”, cuja responsabilidade de êxito é exclusiva do próprio sujeito. O senso comum desses trabalhadores possuem caracteres advindos da memória, herdada pelas relações sociais, mas também apresentam contornos do ideário neoliberal, que isenta o Estado de responsabilidades sociais, transferindo-as ao campo individual, que concebem mobilizações como formas obsoletas de luta. A retórica dos trabalhadores ratifica o pensamento individualista do “homem moderno”, calcado numa luta pessoal para usufruto de benefícios próprios que o mundo do consumo e da subsunção do trabalho pode ofertar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DISCURSOS ASSIMÉTRICOS**

Por fim, o que se pode notar, quando confrontamos as palavras de Novais e Antônio, é o quanto a construção do senso comum, invocado pela memória social, se substancia pelas formas concretas de existência desses sujeitos na sociedade. Novais, como pequeno burguês, sente uma nostalgia dos anos de 1970 e 1980, quando as características majoritariamente locais do comércio lhe davam sólidas condições de lucratividade; ao passo que Antônio, mesmo lamentando a exploração que conhece de perto, entende que vivemos numa etapa de “sofisticação” e “modernidade” do sistema, cujo efeito inevitável foi a remoção dos “velhos” empreendimentos que não tinham condições de subsistirem à “modernidade”.

Novais, como empreendedor característico de um período de rigidez capitalista, demonstra-se resistente a oscilações tão bruscas e rápidas do comércio na atualidade, que se reinventa rapidamente, tanto na relação com os fornecedores como e, sobretudo, na relação com os consumidores. A efemeridade de tendências atuais é contrastante com a época que Novais mais sente saudades, pois a incerteza, que nutre as novas formas de gestão, foi a maior causa de seu abandono. Antônio, por outro lado, se mostra mais disponível às incertezas que acirram as relações concorrenciais travadas dentro do trabalho, ao ponto de entender que a atual deterioração de direitos trabalhistas, tão escassamente por ele mencionada, é entendida como etapa natural do processo de “desenvolvimento” local.

Destarte, a memória adquire características suscitadas na concretude das relações sociais e, como tal, pode demonstrar nuances segundo a posição na qual o sujeito ocupa. Assim sendo, a seletividade natural da memória pode ser interpretada como uma remontagem de fatos e lembranças de acordo com os interesses do presente daquele que a aciona. Evidentemente, esses interesses perpassam por posições ideológicas que fundamentam a perspectiva de vida dos sujeitos que fazem uso da memória. É fato que a memória não está imune a edições ideológicas, contudo essa vulnerabilidade não anula seu estudo, ao contrário, o avigora porque revela toda ambiguidade inerente à realidade material que a circunda, e essa realidade pode ser entendida através das representações arrastadas na trajetória de vida dos sujeitos.

Em suma, a própria noção de consciência de classe pode conter caracteres herdados nas relações sociais que articulam o senso de identidade e formam as interpretações postas nos discursos dos trabalhadores. Por este motivo, entender o mundo de significados que compõem a cotidianidade dos sujeitos requer entender o processo histórico expresso na prática humana. Nesses termos, a classe se forma como resultado de experiências comuns herdadas e compartilhadas socialmente que, conectadas, “criam a identidade de um determinado grupo social que se confronta com outro grupo social que possui interesses diferentes, ou seja, a classe nasce das relações humanas em confronto num período histórico”. (MARTINS; NEVES, 2013, p. 345).

Compreendemos, então, que a memória protagoniza a formação da consciência à medida que concatena representações do passado com representações do presente, ora pela complementariedade, ora pela negação (seletividade). As representações que pairam a experiência cotidiana dos sujeitos não necessariamente rejeitam a memória herdada, mas também não necessariamente a testifica. Passado e presente travam, nesses termos, uma relação dialética de ambivalência e, ao mesmo tempo, identificação. Por estes termos,

a consciência de classe é a forma como [as] experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1998, p. 10).

Ademais, concordamos com a ideia de que tanto a consciência de classe como a memória social só podem ser entendidas a partir das condições concretas de existência onde se desenvolve a experiência de vida. Desta feita, concordamos com Marx ao compreender que as mudanças econômicas são simultâneas às transformações de outras esferas da sociedade, sem que uma exerça uma ação determinista sobre a outra.

A consciência, as representações e a memória estão imersas nas relações produtivas historicamente desenvolvidas e, como tal, estabelecem entre si uma relação de intercomunicação. Por isso, entender a cotidianidade de homens e mulheres é uma forma de analisar trajetórias de vidas inscritas numa história em franco movimento. Novais e Antônio, que aqui abordamos, possuem experiências e representações distintas, devido à forma com que ambos compuseram distintos lócus do processo produtivo e em diferenciados tempos históricos.

Num determinado contexto histórico e social, as determinações materiais estão articuladas aos elementos subjetivos. As mudanças nas relações produtivas repercutem nas ideias e valores humanos, por isso são efetivadas na vida social e cultural. [...] Para a investigação histórica, a experiência é fundamental, caso se queira compreender o processo histórico como expressão da prática humana (MARTINS;NEVES, 2013, p.344).

Por esse caminho de análise tem-se a justificativa para a obsessão dos novos modelos de gestão por atingir a subjetividade dos trabalhadores, afinal a cooptação das representações e dos valores remontam a ação prática das pessoas no terreno da cotidianidade. Por outro lado, não comungamos com a ideia de que o capitalismo encerrou a história e extinguiu a resistência, mas percebemos que a captura da subjetividade se tornou cerne da atual estratégia capitalista exatamente porque introduz a ideologia do capital no campo da cotidianidade, fisingando o senso de identidade e filiação, deformando-o segundo o nexa da acumulação flexível.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. S. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho.** *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 19, Num. 38. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf> . Acesso em 10 de maio de 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

CRUZ, P. A dura realidade das nossas cidades. *Revista Exame*: Editora Abril, 02 de setembro de 2013. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1048/noticias/a-dura-realidade-das-nossas-cidades?page=1>> Acesso em 24 de setembro de 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24\\_nspe1/a04v24nspe1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24_nspe1/a04v24nspe1.pdf)> Acesso em: 27 de setembro de 2013.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR online**. Campinas, num. 51, jan de 2013. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/issue/current/> Acesso em: 27 de setembro de 2013.

MEDEIROS, J. O Brasil em 10 vocações: cidades médias – aonde o futuro já chegou. **Revista Veja**: Editora Abril, 01 de Setembro de 2010.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 2. ed. Trad. Marcos Santarita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 1): a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.